

REESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL DO CEARÁ NA MODERNIDADE ATUAL: O GOVERNO DAS MUDANÇAS (1986-2000)

Aridenio Bezerra Quintiliano⁽¹⁾

Geógrafo graduado pela Universidade Estadual do Ceará. Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (MAG/UECE).

Luiz Cruz Lima

Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Coordenador do Mestrado Acadêmico em Geografia (MAG), da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Orientador.

Juliana Farias Forte

Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista FUNCAP/UECE.

Lubélia Lima da Silva

Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista FUNCAP/UECE.

Victa Nobre Andrade

Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista PIBIC-CNPq/UECE.

Elizete de Oliveira Santos

Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista PROVIC (voluntariado)/UECE.

Felipe Silveira de Moraes Pereira

Graduando em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista PROVIC (voluntariado)/UECE.

Endereço⁽¹⁾: Av. Sargento Hermínio, 2755, Bloco F – 401 – Fortaleza – CE – CEP: 60350-502 - Brasil – Tel: (85) 3287-4109 – e-mail: aridenio@hotmail.com

RESUMO

O Estado do Ceará é composto de diversos ecossistemas que interagem de forma integrada, favorecendo a criação de diferentes ambientes produtivos – da mineração à pecuária, do turismo à agricultura. No intuito de fortalecer o estado diante de um mundo mais competitivo, os governantes procuram destinar investimentos para diversas áreas com a implantação de novos sistemas de engenharia no território cearense, o espaço que anteriormente era utilizado para uma determinada função, hoje assume outras e se modela de acordo com as exigências do mercado, com formas mais tecnificadas. Desde as últimas décadas do século passado, o Ceará vem despertando interesse dos investidores nacionais e internacionais, em virtude das condições favoráveis à fruticultura, ao turismo e às indústrias. Esses novos investimentos têm exigido a implantação de modernas infra-estruturas locais e regionais, assumidas pelo poder público, erigindo novos objetos geográficos ou mudando funções de parte do território cearense. A metodologia do estudo consiste em analisar os grandes projetos da última década do século XX, com apoio de organismos nacionais e internacionais (BID, BIRD) na tentativa de compreender a implantação dos “fixos” no território e novos objetos e instrumentos que a eles se associam, objetivando, com isso, identificar os impactos territoriais no espaço cearense em decorrência da difusão e implantação de sistemas técnicos por meio dos investimentos públicos. A análise da relação integrada das obras revela uma centralização em setores econômicos e, no que se refere ao atendimento populacional, acaba por não suprir e cobrir todo o contingente cearense, beneficiando, principalmente, setores empresariais e, assim, tornando-se de caráter excludente e elitista.

PALAVRAS-CHAVE: Reestruturação, Território, Sistemas Técnicos, Ceará.

INTRODUÇÃO

Periodicamente, o espaço social é impulsionado por um ou vários de seus agentes de transformação – sociedade, empresas e/ou estado –, como se requalificando para acompanhar as inovações absorvidas pelo sistema produtivo. A realidade vivenciada pelos povos no último meio século distingue esse momento como uma nova fase da história da civilização. À medida que essas inovações penetram em territórios com sistemas técnicos mais afeitos a modos de produção não enquadrados na modernidade atual, as comunidades se ressentem em seu modo de vida, com deslocamentos populacionais, desqualificação para novos modelos de trabalho, perda das referências culturais, absorção ou rejeição a novos hábitos e valores, inadequação às novas

regulações impostas pelo poder estatal. Onde essas transformações penetram de forma mais rápida, especialmente com investimentos estatais, tornam-se os movimentos sociais mais densos, quer no acatamento da nova realidade, quer na repulsa de tais verticalidades. Reconhecer o essencial dessas mudanças sócio-espaciais contribuirá para novas definições da vida social e do planejamento, em determinado subespaço, como se pretende neste estudo.

Compreendemos que nos dois últimos séculos, o modo de produção e de consumo vem apresentando fases alternadas de pujanças e quedas, em período de cinco a seis décadas, conhecidos como “ciclos longos de Kondratiev”. Esses períodos são estimulados por iniciativas e surgimento de inovações, com perspectivas de elevar a produção e o consumo, forças exponenciais de metamorfoses do espaço geográfico. No último quartel do século XX, esse cenário foi bem explícito para compreendermos a crise do sistema capitalista e sua conseqüente revolução do tempo atual, dando condição para que a geografia pudesse trabalhar com o conceito de meio técnico-científico informacional, definido pelos fluxos, pela rede de informações, pela gerência do conhecimento científico concentrado em poucas empresas. À medida que esse novo tipo de meio geográfico da atualidade se instala, desarticulam-se as relações sociais e o modo de vida tradicional das comunidades receptoras das inovações. Conceitos e vocabulários novos brotam no linguajar social, carregados de uma racionalidade técnica, desprezando a tradição dos valores materiais e imateriais. É o valor de troca que importa para exportar. Para explicar a nova realidade, somente uma geografia renovada, mas em sintonia com a vida das comunidades. A base fundamental para articular novo referencial de uma geografia renovada é encontrada no pensamento do geógrafo brasileiro Milton Santos e autores que conduzem a compreensão da vida social na atual modernidade.

É de fundamental importância evidenciar os processos de construção do espaço, como resgate de um passado com suas heranças ou rugosidades onde se erigem as atuais externalidades. Daí, situarmos-nos na estrutura ou totalidade de hoje, compreendendo a realidade que nos impõe ordens de viver, sem olvidar o quadro natural e construído com seus bens materiais e imateriais, marcas insubstituíveis da formação sócio-espacial de determinada sociedade. Outro caminho a ser percorrido diz respeito às horizontalidades existentes e permanentes, complementares ou não das verticalidades exigidas pelas inovações recém-chegadas. Essas horizontalidades são demarcadas pelas condições naturais, pela vida produtiva e pela vida social. Exige-se a demarcação do recorte no tempo para delimitar a penetração das inovações: obras portentosas, programas e projetos de qualificação, introdução de novos instrumentos sociais, novos usos da natureza etc. No acompanhamento persistente do suporte teórico, repasse metodológico torna-se imprescindível, sem menosprezar os procedimentos técnicos: trabalho de campo com seu suporte operacional, análise dos projetos de governo, entre outros.

No caso estudado, o Estado se revela como o principal agente e de maior expressão: empreendedor, investidor de elevados fundos externos, indicador e definidor de novos usos do espaço e de deslocamentos da população atingida, além de seu papel fundamental de criador de regulações. A quem servem esses elevados investimentos? Por que as agências internacionais financiam essas obras e programas? Avaliação da degradação ambiental foi posta como primordial? Construção de barragem implica em quebra do equilíbrio natural, mas implica, fundamentalmente, em influências na vida social. Ainda há que considerarmos como degradação ambiental a abrupta inserção de certas inovações em coletividades rurais, antes desprovidas de luz e de seus supostos confortos, sem uma adequação ao novo que passa a imperar. Empresas beneficiadas pelas infra-estruturas instaladas servem de instrumentos de criação de novos valores e sonhos impossíveis de realizarem-se em pequenas comunidades, ocasionando ruptura do equilíbrio familiar e social. Abrem-se fissuras para penetração de aspectos negativos, sem antídoto na localidade.

O estudo demarcou as duas últimas décadas como referencial temporal e o território do Ceará como suporte territorial, em face da fonte de dados e da condição política administrativa em estudo. O primeiro resultado distingue esse tempo como diferenciado na história desse espaço, quanto a investimentos públicos. Em segundo lugar, há clarividência no enquadramento desse espaço na modernidade atual, na onda longa que se articula no mundo desde as crises da década de 1970. Em outros termos, efetivou-se a inserção do Ceará no concerto da globalização. Cria-se, assim, maior vigor do espaço das empresas, em detrimento dos espaços banais, porquanto novos arranjos produtivos vêm se instalando no referido estado, especialmente com empresas de capital externo. O estudo detecta os desequilíbrios ambientais em vários pontos, onde os investimentos foram mais acentuados. A degradação social não é exclusiva das cidades grandes, mas difundida nos mais diferentes rincões do território em estudo.

MODERNIDADE ATUAL

O cenário exposto busca contextualizar o discurso da modernização mundial. A modernização está caracterizada por “novos” momentos de consciência social coletiva que vão evoluindo, contextualizando outros “novos” momentos, outras modernizações.

A consciência das inovações (modernidade) em cada período da Revolução Industrial perfaz três momentos, três modernidades, caracterizando o que Lefebvre (1969) denominaria de modernismos. Lefebvre (*idem*) considera que, para cada tomada de consciência social de inovações em uma época tem-se um período denominado de modernismo. Para o referido autor, a modernidade seria o momento em curso da época em que estejam os fatos situados; seria algo que, simbolicamente, representasse o “novo” àquela época.

Há que se recordar, porém, que para Lefebvre (*op. cit.*)

[a primeira modernidade], sobre um plano que não a explica, mas que a revela, nasce das grandes mudanças e seu período de efervescência inicia-se em cerca de 1905. Começa logo pouco antes da guerra de 1914-1918, atinge seu apogeu o fim da guerra, depois da revolução soviética, e acaba entre 1925 e 1930, com a dupla estabilização; a do capitalismo e a da revolução proletária. (p.212).

Tem-se a interpretação da “modernidade” relacionada ao capital e suas crises constantes mediante a tensão dos acontecimentos históricos da humanidade a partir das inovações tecnológicas, mudança de hábitos e costumes, uma aceleração constante da vida e uma maior competição entre nações, países, povos e lugares. Esses momentos podem ser compreendidos nas transformações decorrentes das “Revoluções Industriais”, onde as técnicas e tecnologias são basilares à constituição da modernidade atual. Nesse ínterim, afirma Harvey (2002, p.102) que “o capitalismo é por necessidade tecnologicamente dinâmico, não por causa das suas míticas capacidades do empreendedor inovador [...], mas por causa das leis coercitivas da competição e das condições de luta de classes endêmicas no capitalismo”. São essas leis da competição que catalisam o processo de transformação das relações de vida (trabalho, costumes, ritmo de vida, hábitos etc.) da sociedade, instaurando as crises no modelo de produção (ou das “condições” referidas por Harvey, em seu livro “Condição pós-moderna”.

Há uma certa periodicidade dessas transformações essenciais à dinâmica capitalista, dia-a-dia em busca da eficácia econômica das negociações fundamentais em parâmetros concorrenciais do mercado capitalista. Ellul (1968, p.79) afirma que “quando ocorre o contato de várias formas técnicas, o homem decide da escolha em função de inúmeras razões; a eficácia é apenas uma delas”. [...] uma tecnologia é ineficaz porque não consegue romper a barreira da concorrência imposta por uma ordem implacável. [...] Não existem outras tecnologias além daquelas conhecidas, porque o próprio mercado se responsabiliza de eliminar as “menos eficazes”. (DECCA, 2004, p.12). Conclui, assim, Ellul (*op. cit.*, p.86) que “do ponto de vista que mais interessa ao homem moderno, o da rentabilidade, toda atividade técnica é superior à toda atividade não técnica”.

As transformações das técnicas e o avanço da tecnologia tendenciam a seguir um ciclo temporal de eventos ou situações econômicas, políticas e sociais.

O andamento cíclico do modo de produção capitalista ocasionado pela concorrência manifesta-se pela expansão e contração sucessivas da produção de mercadorias, e conseqüentemente de mais-valia. Corresponde a isso um movimento cíclico adicional de expansão e contração na realização de mais-valia e na acumulação de capital. (MANDEL, 1985, p.75).

Esses ciclos ou “ondas” do capitalismo seguem períodos de crises estruturais do capital que segue sua dinâmica de inovações produtivas em ciclos menores. As mudanças nesses ciclos menores perfazem o conjunto de transformações das macroestruturas do capitalismo, ou seja, têm-se as “ondas longas”. Períodos de guerras, transformações produtivas, eventos naturais, inovações técnicas e tecnológicas são alguns exemplos de ruptura (de crise) que podem suscitar novos e inovadores momentos da produção no capitalismo descritas por Kondratieff em referência nos trabalhos de Mandel (1985) que trata das questões acerca dos ciclos ou ondas do capitalismo.

As revoluções fundamentais na tecnologia energética – a tecnologia da produção de máquinas motrizes por máquinas – aparecem assim como o momento determinante nas revoluções da tecnologia como um todo. A produção mecânica de motores a vapor desde 1848; a produção mecânica de motores elétricos e a combustão desde os anos 90 do século XIX; a produção por meio de máquinas de aparelhagem eletrônica e da que utilize energia atômica desde os anos 40 do século XX – tais foram as três revoluções gerais na tecnologia engendradas pelo modo de produção capitalista desde a Revolução Industrial “original”, da segunda metade do século XVIII. (MANDEL, 1985, p.82).

Assumem-se, assim, períodos de crises e de superação com novas técnicas, formas produtivas, relações sociais e outros fatores mais que compõem a estrutura capitalista. Esses novos momentos caracterizam uma nova fase produtiva, ou seja, poder-se-ia dizer uma modernidade surgida a partir da superação ou novos encaminhamentos às “velhas” estruturas do capitalismo ou agregando-as às novas funcionalidades. “[...] as formas espaciais criadas por uma sociedade exprimem o condicionamento da estrutura econômica que ali domina”. (MORAES, 1984, p.122).

Há que se esclarecer, portanto, a modernidade atual. Comum é o discurso corrente sobre o assunto relacionando-se a instabilidades da produção capitalista, ou seja, a momentos de “crises”.

Para Rouanet (1993) “o que existe atrás da crise é o projeto moderno de civilização”. Esse “projeto moderno de civilização” traz à tona princípios relacionais aos quais o capitalismo em sua forma liberal vem se constituindo na atualidade. As mudanças ocorridas no âmbito da civilização (sociedade) em decorrência do discurso tecnicista abrigam-se e justificam-se sobre as cortinas das desigualdades equiparadas com as civilizações bárbaras, ou seja, “aquele que vive fora da civilização”. (ROUANET, 1993, p.12).

Trata-se de uma modernidade pautada na evolução capitalista dos negócios (economia principalmente) que atinge a sociedade, mas que não supre suas exigências primeiras (igualdade, solidariedade, alimentação, saúde etc.) com igual rigor em comparação aos benefícios econômicos. Os valores para os quais essa modernidade caminha pautam-se na construção de indivíduos solitários buscando sua sobrevivência de alguma forma que possa estar inserido nas contrastantes formas capitalistas de produção.

No entanto, essas desigualdades vêm sendo conhecidas e esclarecidas na mente da sociedade, podendo, inclusive, basear-se na idéia de que a população mundial está mais ciente da problemática mundial. Esse fato é importante, mas não é pretensão enveredar-se por esse discurso já que a viabilidade técnica proporciona um maior e melhor contato no ramo dos negócios, política e economia e são também partilhados com a massa populacional. Não se trata de discutir o domínio das informações, mas a possibilidade de uma maior propagação informacional, mesmo que controlada e possivelmente direcionada, à construção de ideologias preestabelecidas pelos detentores do capital, por exemplo.

O que alega Rouanet é que esse período também se sobressai enquanto tempo de esclarecimento de idéias. Poder-se-ia, grosso modo, equiparar-se, salvaguardando em todos os seus quesitos de análise, ao “Século das Luzes”, do Iluminismo, onde, em síntese, a reviravolta passou por mudanças no ser, pensar e existir da ciência à sociedade. Assim, há que se pensar os fundamentos e finalidades dos direcionamentos dessa modernidade atual para criticar-se e esclarecer seu real direcionamento e que não tendencie para uma sociedade pautada somente na técnica, obscurecendo a barbárie civilizatória da modernidade capitalista na atualidade.

CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO

A análise da produção capitalista na modernidade atual possibilita reflexões sobre as necessidades sociais em proveito dos benefícios e crescimento econômico das grandes potências mundiais. Os momentos de crise estrutural (financeira, econômica, social etc.) tendem a possibilitar uma reestruturação dos processos mais variados no seio da produção espacial, configurando novos arranjos geográficos. A crise está no cerne desse processo de mudanças.

As sociedades são envoltas por uma necessidade gestada em preceitos da evolução técnica e do crescimento econômico. Os grupos que melhor se adequem e adaptem-se às inovações produtivas emergem enquanto lugares com potencial de “desenvolvimento”. A absorção dessas necessidades é regulada por grupos

hegemônicos detentores das tecnologias modernas. Verifica-se a constituição de estruturas econômicas, políticas e comerciais para difundir, constantemente, novas necessidades e produtos. Essa reinvenção produtiva nos lugares são fundamentadas nos negócios e transações econômicas no âmbito espacial.

Para uma melhor viabilização dos negócios e um equilíbrio das relações nos mais distintos setores sociais, culturais, políticos e econômicos, o capital conta com instrumentos e técnicas que viabilizam sua dinâmica no tempo e no espaço.

Um dos pontos primordiais a ser estabelecido para a maximização dos negócios diz respeito ao contato. O negócio necessita da interação entre dois ou mais interessados em trocar experiências, valores, mercadorias ou algum meio que lhes proporcionem lucro ou satisfação para uso do bem negociado entre as partes envolvidas. Para a efetivação desse processo tem-se a premência de contatos entre os mais distantes lugares e realidades sociais e econômicas. “No ocidente, ainda vivemos uma sociedade em que a produção em função de lucros permanece como o princípio organizador básico da vida econômica”. (HARVEY, 2002).

O que muito tem contribuído para essa realidade emergente tem sido o avanço no setor das telecomunicações que, com o desenvolver das técnicas e o aprimoramento das tecnologias, tem proporcionado uma dinâmica eficaz para os negócios. Com isso, a noção de distância e tempo ganha uma inovação geográfica.

EXPERIÊNCIA DE REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL ATUAL: O CASO DO CEARÁ

Nesse contexto de uma “modernidade capitalista” alicerçada na competição do dito mercado econômico, é que se enquadra a reestruturação socioespacial do Ceará. Após a Segunda Guerra Mundial, a indústria cearense que teve com o algodão seu apogeu, entra em estagnação, surgindo a necessidade de uma transformação (ou reestruturação) produtiva.

Com o avançar das décadas, a administração pública governamental do estado do Ceará vê a necessidade de “desenvolvimento” de sua indústria e de seu comércio. Através da absorção de novas técnicas e tecnologias já em uso em países tidos como desenvolvidos, a indústria cearense e demais ramos produtivos que alicerçavam a economia à época ganham força revitalizadora. No entanto, como afirma Abu El Haj (1990, p.8), o clima desenvolvimentista chega tardiamente ao Ceará.

Tem-se a década de 1958, no Governo Parsifal Barroso esse teor de desenvolvimento, esboçando uma “nova” administração ao implementar a “Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio”, consolidando as instituições burocráticas com objetivos industrializantes. Solidifica-se a idéia de uma época de progresso para o Estado do Ceará. “[...] o estado representa o momento político estritamente entendido, através do qual é exercida a força, não menos necessária do que o consenso para a conservação do poder, ao menos até quando o poder for exercido por uma classe restrita e não pela classe universal (que o exercerá através do seu partido, o verdadeiro protagonista da hegemonia)”. (BOBBIO, 1997, p.40). Salienta ainda Bobbio que “[...] épocas de progresso são aquelas em que o direito público impõe a revanche sobre o direito privado, tal como a idade moderna que assiste ao surgimento do grande estado territorial e burocrático [no sentido de “provedor” e “executor” das ações públicas]”. (1997, p.25).

Nos escritos de Abu El Haj (*idem, ibidem*) afirma-se que é no Governo seguinte, em 1962, quando assume Virgílio Távora, adotando o “desenvolvimento” como ideologia do governo estadual, que ocorre a ênfase ao setor industrial no Ceará. Para tanto, transforma a “Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio” em “Secretaria de Trabalho, Indústria e Comércio”.

Percebe-se o esboço das transformações nos setores produtivos no Estado e a conformatação da ideologia capitalista desenvolvimentista. Na verdade, esse momento ainda não pode ser considerado o início da “Era Mudancista” do Estado do Ceará, fato evidente nas ações governamentais em meados da década de 1980. A estratégia comum na maioria dos governos estaduais em face da crise fiscal-financeira que se instalou em suas contas durante as décadas de 1980 e 1990 foi aquela de externalizar essa crise, ou seja, exportá-la para outros estados e (o que é clássico) para o governo federal. Aqui, então, o discurso “regionalista”, o discurso do “território agredido” ou “excluído” emergiam como escudos e armas importantes para os governos locais, na tentativa de justificar suas resistências ao ajuste fiscal, bem como suas reivindicações por mais recursos financeiros junto ao governo federal. (AMARAL FILHO, 2003, p.368).

A partir de 1987, com a ascensão do grupo político que formou o “governo das mudanças”, observa-se uma substituição desse comportamento por um outro, mais autônomo e mais cooperativo para com um ajuste fiscal da federação. (AMARAL FILHO, 2003, p.369).

Nessa fase inicial, alteram-se as condições de uma política beneficiadora das classes dominantes e de seus interesses. Tal fato argumenta-se e afirma-se diante de uma política internacional que caminhava para tais rearranjos por meio de uma ordem implícita do capitalismo crivado em crises. Ordem essa primada para restabelecer o poderio econômico dos financiadores econômicos e políticas para a manutenção do domínio capitalista. Já as crises são reflexos dos variados arranjos em níveis econômicos, sociais e políticos por todo o mundo com o intuito de acompanhar a ordem desenvolvimentista preestabelecida. Exemplo dessa condição, explica Abu El Haj (1990, p.14) que [...] no Nordeste as inovações tecnológicas ocorreram para competir no mercado internacional.

Esse fervilhar de acontecimentos tem como marco a década de 1970 com a crise do modelo “fordista” de produção, necessitando que a produção capitalista adote um novo rumo para um outro estágio de organização produtiva, ou “outra modernidade”, ou ainda um novo “ciclo” ou “onda”. É através das novas formas produtivas e de relacionamento econômico entre as nações capitalistas que se esboça o início da reestruturação socioespacial do Ceará, necessitando de novas estruturas que viabilizem contatos eficientes, denotando verdadeiras redes de negociações em vários aspectos (sociais, econômicos, políticos e culturais).

TERRITÓRIO E REDES: A CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL

Definindo-se configuração territorial como sendo o território e o conjunto de objetos (naturais ou artificiais) existentes sobre ele (SANTOS, 1988), há que se considerar categorias que possam se articular e melhor expressar a formação e constituição dessa definição.

Esse conjunto de objetos existentes no território pode apresentar-se como meio natural e os objetos artificiais, constituídos por formas elaboradas pelo homem enquanto agente transformador e modelador do território. Apesar da configuração territorial contextualizar a presença de objetos naturais, considerar-se-á enquanto elemento constituinte da configuração territorial.

Na realidade, a natureza, hoje, é um valor, ela não é natural no processo histórico. Ela pode ser natural na sua existência isolada, mas, no processo histórico, ela é social. Quer dizer, eu a valorizo em função de uma história. [...] O valor da natureza está relacionado com a escala de valores estabelecida pela sociedade para aqueles bens que antes eram chamados naturais. Hoje, quando a economia e a mais-valia se globalizam, a natureza globalizada pelo conhecimento e pelo uso é tão social como o trabalho, o capital, a política... (SANTOS, 2004, p.18).

Hoje o que não é mundializado é condição de mundialização (SANTOS, 1988 p.15).

Adota-se a noção de território como elemento constituinte do espaço geográfico, definindo-o enquanto domínio construído por e a partir de relações econômicas e de poder. Ver também Raffestin (1993) e Souza (2003).

Para Haesbaert (2007c), a noção de território e rede são indissociáveis e as relações de poder são essenciais ao território e propiciam a existência de vários territórios. Nesse sentido, tem-se que o território, continua Haesbaert (*idem*), é um produto relacional e não se restringe a limites físicos concretos.

[...] o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *térreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da teoria e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impelidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão e por outro lado, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”.

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação. (HAESBAERT, 2007b, trabalho inédito).

Haesbaert (2007c) complementa sua idéia, afirmando que

A organização da rede, em sua estruturação, tem por pressuposto a idéia de exclusão, ao contrário do território que pode, em alguns momentos, em suas relações absorver (ou “incluir”) os agentes ou atores sociais, culturais, políticos e econômicos. [...] o território poderia ser caracterizado em uma forma centrípeta (para dentro), enquanto a rede tem uma conotação centrífuga (para fora).

As afirmações de Haesbaert evidenciam a concepção de um espaço interligado (rede) e fluído, abrangendo os agentes sociais para a constituição do território. No entanto, a relação entre redes e território apresentada enfatiza um caráter difusor à rede e um papel receptor ao território. Há um teor vivido nesse espaço. É o território e as redes o cenário dinâmico que legitima o poder em suas variadas escalas. Constitui-se a base da formação territorial. Sendo assim, a dinamicidade existente entre rede e território reflete o ordenamento e a configuração territorial. A formação territorial é também uma acumulação desigual de trabalho no espaço; neste sentido a valorização anterior vai influenciar na valorização atual, configurando o que poderia ser chamado de uma história territorial. (ANDRADE, 1982, p.126). Milton Santos (1986, 1988) denomina esse contexto de “rugosidades”.

A abordagem da configuração territorial do Estado do Ceará seguirá a partir de elementos que caracterizem o espaço geográfico enquanto um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações e sua reestruturação espacial constituídas por “fixos” e “fluxos” (SANTOS, 1988). Os “fixos” e os “fluxos” como elementos constituintes da sociedade são políticas, culturais e economicamente elaborados e representam a dinâmica que se faz presente no espaço geográfico. Esses vetores, conjuntamente relacionados, constituem a configuração territorial em discussão.

Para Santos (1988, p.77),

Os fixos nos dão o processo imediato do trabalho. Os fixos são os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens. [...] Os fluxos são o movimento, a circulação e assim eles nos dão, também, a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo.

Ao se tratar de “fixos” na abordagem aqui proposta tem-se como foco principal a base financeira da economia cearense na atualidade (fruticultura, turismo e indústria), congregando as estruturas (ações públicas) materializadas no território do Ceará. Dessa feita, os “fluxos” relacionar-se-iam às variadas resultantes emanadas no conjunto de obras públicas não somente no que diz respeito à sua finalidade primeira, mas também à sua utilidade quando de sua operacionalidade (adaptado de SANTOS, 1988).

Dessa maneira, são os fixos e os fluxos que caracterizam, nessa análise, a infra-estrutura e o relacionamento da produção e do trabalho com os espaços próximos e com o mundo.

Para que haja a elaboração desses instrumentos fixos (“infra-estruturais”) e de seus fluxos resultantes há de se fazer análises considerando-se a evolução histórica da sociedade. Cada um desses elementos coexiste em associação. Não teria sentido os fixos sem fluxos e vice-versa. Isso ocorre através do avanço tecnológico e da espacialização do conhecimento científico voltado à exploração da natureza e do homem (trabalho) para a rentabilidade. Os detentores do “capital explorador” fazem uso dos “sistemas de engenharia” (SANTOS, 1988) para otimizar e maximizar os fluxos comerciais e econômicos, efetuando contato e integrações mais intensas e constantes com as mais variadas economias e lugares. Os sistemas de engenharia podem se expressar na materialidade das obras públicas governamentais do Estado do Ceará, pois os fixos e fluxos que tais obras congregam consubstanciam elementos produzidos para potenciais dinamizações da economia cearense.

Por sistemas de engenharia entende-se como sendo “[...] um conjunto de instrumentos de trabalho agregados à natureza e de outros instrumentos de trabalho que se localizam sobre estes, uma ordem criada para e pelo trabalho” (SANTOS, 1988, p. 79).

Os sistemas de engenharia transformam as relações de tempo e espaço consorciado com a globalização do capital, dos transportes e da comunicação fundamentalmente, ou seja, o “tripé” que impulsiona a (re) configuração territorial.

Assume-se, assim, a articulação que os fixos e fluxos têm com os sistemas de engenharia e como a técnica pode ser utilizada para transformar a configuração territorial do estado do Ceará. Esses sistemas técnicos utilizados no (re) arranjo produtivo da economia de mercado globalizada articulam novas formas de trabalho, arranjos territoriais, formas produtivas etc., o que culmina na transformação do espaço geográfico.

As obras públicas infra-estruturais tendem a produzir ou potencializar uma economia mais dinâmica e integrada planetariamente. Para tanto, os territórios vêm sendo ocupados por várias atividades e malhas infra-estruturais que transformam até mesmo o modo de vida no que se diz respeito ao entendimento de tempo e espaço dos próprios moradores, sujeitos a um espaço, dia a dia, mais competitivo, excludente e dinâmico. Essa dinâmica não se perfaz somente nos espaços contíguos e próximos. As intervenções governamentais necessitam de pessoal técnico e cientificamente capacitado para que a estrutura dos “fluxos” possibilite o rendimento produtivo. A capacitação demanda tempo e condições propiciadas pelo Estado.

Cada território tem suas especificidades, a tecnificação é uma. A aplicação da técnica é que pode variar em cada estágio de conhecimento. A produção tecnificada segue também, de certa maneira, a lógica de mercado. O mercado necessita de serviço e agentes produtivos capacitados, contínuos e homogeneamente produzidos.

A lógica produtiva global necessita do surgimento de novos agentes produtivos nos territórios e formas de produção e articulação econômica, política e social. É no território onde essas articulações ocorrem. O Estado do Ceará, assim, insere-se nesse contexto para corroborar com as necessidades e exigências de mercados mundiais.

O governo do Estado do Ceará, a partir da última década do século XX intensificou investimentos na base de apoio aos grandes investimentos nacionais e internacionais. Viabilizou a instalação de centros especializados de pesquisa, melhorias nas áreas de comunicação, ampliação da infra-estrutura energética e de recursos hídricos etc., potencializando as atividades lucrativas modernas: turismo, agrícola, industrial e de serviços.

Ressalta Coutinho (1992, p. 80) que “[...] as bases da competitividade estão direta e umbilicalmente ligadas à capacidade de inovar, sendo esta entendida em seu sentido amplo e não apenas como capacidade de inventar e introduzir produtos e/ou processos novos”.

É nesse sentido que se têm posicionado e agido os administradores do governo cearense nas últimas décadas quando investem na transformação do território, transformando a vida da sociedade cearense.

Essas condições de mudanças na vida da população cearense têm início na década de 1980, mas com o enquadramento e ações das “novas” condições produtivas mundiais que se intensificaram e se revelam na década posterior onde o Ceará pode ser realmente considerado atuante e participante no quadro de influência econômica mundiais. Tem-se a construção de um território mais ativo na economia e nas importações não mais de apenas um produto, no caso o algodão que foi de extrema importância à burguesia cearense em tempos pretéritos.

Essa inserção do Ceará no circuito produtivo e econômico mundial na atualidade é marcada pela atuação governamental através da modernização do Estado pelas obras públicas, decorrentes do planejamento territorial, o que será denominado de políticas territoriais. Entende-se que no plano do território é que as ações públicas governamentais são executadas.

Tem-se, no Estado do Ceará, um território dotado de “fixos” e “fluxos” capazes de influenciar a dinâmica produtiva e atender as demandas e exigências internacionais. Tal fato solidifica-se diante de sistemas técnicos (SANTOS, 1988) implementados pela atuação pública governamental em parceria com órgãos internacionais e

a iniciativa privada. Sistemas técnicos seriam as tecnologias e o instrumental capaz de representar as determinantes que viabilizem a construção ou transformações do modo de produção, o saber-fazer.

Esse “saber-fazer” pode ser considerado a pilastra dos sistemas de engenharia. Os sistemas de engenharia para Santos e Silveira (2002, p.101) “são projetados e construídos em forma integrada, na intenção de promover a convergência de certos agentes e de certas regiões”. Com isso, o Ceará busca instrumentalizar seu território e dinamizar suas ações no mundo dos negócios, associando a esse dinâmico processo de reestruturação socioespacial sistemas técnicos e sistemas de engenharia modernos que possibilitem uma maior dinamização territorial com enfoque e repercussão econômica.

Tem-se, assim, a base da discussão acerca de um Ceará “moderno” com influência e participação no cenário econômico e político mundial. Poder-se-ia atribuir essa atual condição, marcadamente datada na década de 1990, com a atuação do “Governo das Mudanças”, onde critérios como a competitividade a partir da mudança no modelo de gestão econômica e política acaba por acentuar um acelerado crescimento econômico. São essas algumas reflexões que permeiam a reestruturação socioespacial do Ceará na modernidade atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ABU EL HAJ, Jawdat. **Reestruturação Industrial: o caso do Ceará**. Fortaleza: NUDOC, 1990.
2. ALMEIDA, Paulo Roberto de. O Brasil e a nanotecnologia: rumo à quarta revolução industrial. In: **Revista Espaço Acadêmico**. n. 52, setembro de 2005. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/052/52almeida.htm>>, acesso em: dezembro de 2006. (2005a).
3. ALMEIDA, Paulo Roberto de. O Brasil e a nanotecnologia: rumo à quarta revolução industrial. In: **Jornal da Ciência**. Rio de Janeiro. Setembro de 2005. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detail.jsp?id=31314>>, acesso em: janeiro de 2007. (2005b).
4. AMARAL FILHO, J. Ajustes estruturais, novas formas de intervenção pública e novo regime de crescimento econômico no Ceará. In: GONÇALVES, Maria Flora, BRANDÃO, Carlos Antônio Filgueira (orgs.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Editora UNESP: ANPUR, 2003.
5. ANDRADE, Manuel Correia de. A geografia e o processo de valorização do espaço. In: SANTOS, Milton. **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1982.
6. BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, sociedade: por uma teoria geral da política**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
7. CASTELLS, Manuel. O espaço de fluxos. In: CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
8. CASTORIADIS, Cornelius. Técnica. In: CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
9. COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.
10. COUTINHO, Luciano. A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica: as grandes tendências de mudança. In: Revista do Instituto de Economia da UNICAMP. **Economia e sociedade**. Campinas, n. 1, agosto, 1992. (p. 69-87).
11. DECCA, Edgar Salvadori de. **O nascimento das fábricas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
12. ELLUL, Jacques. **A técnica e o desafio de século**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
13. HAESBAERT, Rogério. A (des)ordem mundial, os novos blocos de poder e o sentido da crise. **TERRA LIVRE**. Geografia, Território e Tecnologia. São Paulo, n. 09, p. 103-128, julho-dezembro 1991.
14. _____. **Identidades Territoriais: entre a Multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das indidentidades)**. 2006a (Trabalho inédito).
15. _____. Muros, "campos" e reservas: os processos de reclusão e "exclusão" territorial. In: SILVA, José Boorzacchiello da; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise (orgs.). **Panorama da Geografia Brasileira**. São Paulo: Annablume, 2006b.
16. _____. **Região e regionalização num mundo Des-territorializado**. Florianópolis: ANPUR, 2007a (no prelo).
17. _____. **Território e multiterritorialidade em debate**. 2007b (Trabalho inédito).
18. _____. **Território, Política e Cultura**. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, Mestrado Acadêmico em Geografia, 2007c (Anotações de aula).

19. _____. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: CONTEXTO, 2002.
20. HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens mudança cultural**. Edições Loyola: São Paulo, 2002.
21. LEFEBEVRE, Henri. O que é a modernidade. In: LEFEBEVRE, Henri. **Introdução à modernidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
22. LIMA, Luiz Cruz. **Fragmentação/ Integração Espacial: Regionalização do Estado do Ceará**. Fortaleza: Tese, Abril, 1998.
23. _____. **Compartimentação territorial e gestão regional do Ceará**. LIMA, Luiz Cruz, SOUZA, M. J. N. de, MORAIS, Jäder Onofre de. Fortaleza: FUNECE, 2000. 268 p.
24. _____. **Reestruturação socioespacial: do espaço banal ao espaço da racionalidade técnica**. São Paulo: Annablume, 2006.
25. MANDEL, Ernest. “Ondas Longas” na história do capitalismo. In: MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas).
26. MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.
27. MORAES, Antonio Carlos; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: editora HUCITEC, 1984, 200 p.
28. MOREIRA, Ruy. O paradigma e a ordem: genealogia e metamorfoses do espaço capitalista. In: **Ciência Geográfica**. Bauru – V – (13): maio/agosto, 1999.
29. _____. Os períodos técnicos e os paradigmas do espaço do trabalho. In: **Ciência Geográfica**. Bauru – VI – vol.II – (16): maio/agosto, 2000.
30. RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.
31. ROUANET, Paulo Sérgio. Iluminismo ou barbárie. In: ROUANET, Paulo Sérgio. **Mal-estar na modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
32. SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.
33. _____. **Metamorfoses do espaço habitado**. Ed: HUCITEC, São Paulo: 1988.
34. _____. O período técnico-científico e os estudos geográficos / Meio técnico-científico-informacional e urbanização do Brasil. In: SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço e Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1994.
35. _____. **Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos**. 2ª ed. Entrevistadores: Odete Seabra; Mônica de carvalho; José Corrêa Leite. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
36. _____.; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
37. SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.